

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ROSELENE PAULA RESENDE MEDEIROS

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Goiânia
2017

ROSELENE PAULA RESENDE MEDEIROS

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Ma. Geisa Müller de Campos Ribeiro

Goiânia
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Medeiros, Roselene Paula Resende

Inclusão e acessibilidade das bibliotecas da Universidade Federal de Goiás para estudantes com deficiência visual [manuscrito] / Roselene Paula Resende Medeiros. - 2017.

LXIII, 63 f.: il.

Orientador: Prof. Geisa Müller de Campos Ribeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), , Goiânia, 2017.

Apêndice.

Inclui fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Acessibilidade. 2. Educação Inclusiva. 3. Bibliotecas Universitárias . 4. Deficiência Visual. I. Ribeiro, Geisa Müller de Campos , orient. II. Título.

CDU 02

ROSELENE PAULA RESENDE MEDEIROS

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de conclusão de curso, defendido no curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Bacharel.

Aprovado em 06 de Dezembro de 2017 pela Banca examinadora constituída pelos seguintes educadores

Orientadora: Ma. Geisa Muller de Campus Ribeiro
FIC-UFG

Avaliadora: Doutora Sueli Henrique Gomes
FIC-UFG

Dedico esse trabalho a todos os alunos com alguma deficiência visual, que mesmo nas suas limitações e barreiras enfrentadas, estão firmes nos seus propósitos de prepararem para se, tornarem profissionais habilitados para o mercado de trabalho, dando sua contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária.

Dedico ainda a minha irmã carnal, e amiga, Ivanildes de Paula Rezende Cotrin, cega de seus olhos físicos, mas vidente com os olhos do coração, que mesmo não conseguindo chegar a uma Faculdade, foi uma das pessoas quem mais me incentivou a chegar e a concluir. Verdadeira Inspiração!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus todo poderoso, meu Senhor, mantenedor, soberano da minha vida, que na sua bondade e misericórdia me concedeu essa vitória. A ele toda honra e Glória!

Ao meu amado esposo, companheiro de todas as horas, que esteve sempre presente ao meu lado me apoiando de forma incondicional, emocionalmente e financeiramente. Obrigada meu amor, por tudo. Jamais me esquecerei.

Aos meus filhos queridos, Sara e Felipe R. Medeiros, que com paciência muito me auxiliaram e me ajudaram a ser autônoma em meus desafios, com a tecnologia da informática. Obrigada Filhos!

Aos meus familiares e amigos que sempre me apoiaram, e me incentivaram a prosseguir

Ao meu grupo querido e fiel da faculdade, pessoas valerosas e esforçadas. Lucilanda, Denis, Eveline e principalmente minha amiga e irmã Letícia Oliveira, meu muito obrigado a todos!

A minha orientadora Geisa muller, pela muita paciência, sabedoria, e muita compreensão em dias que parecia impossível, para continuar. Muito obrigada.

A todos os professores queridos, que encontrei por esses anos, que muito contribuíram para minha formação.

Epígrafe

“Há poucos mistérios a solucionar para se conviver com as diferenças. Quando compreendermos que nenhuma pessoa é igual a outra, e que exatamente essa é uma das características mais fascinantes entre os humanos, já estaremos prestes a resolver esse mistério.” Baptista, 2008.

RESUMO

Investigou-se a existência de acessibilidade e inclusão no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás, Campus Goiânia para deficiência visual. Propõe-se analisar a realidade de alunos cegos ou de baixa visão quanto ao alcance às informações especializadas as quais necessitam para a vida acadêmica superior, e também observar o acesso físico disponível nos espaços universitários no que compete ao Sistema de Bibliotecas (SIBI). A abordagem metodológica utilizada para a pesquisa é qualitativa e quanto aos objetivos classifica-se como descritiva-exploratória. Configura-se em pesquisa de campo, cujos instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas aplicada ao SIBI, às bibliotecárias responsáveis pelas três unidades localizadas no campus Goiânia e aplicado a alguns alunos cegos total e de baixa visão, matriculados na Universidade; e observação. Os dados apresentam que o núcleo de acessibilidade da universidade é bem atuante com o sistema de bibliotecas quanto a gestão e diretrizes para ações inclusivas. O Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) é o local que disponibiliza recursos necessários aos alunos com deficiência visual. Identifica-se a presença desses alunos em quantidade significativa no espaço universitário. Pontuam-se as problemáticas de estrutura predial, no entanto dedica e enfatiza as questões informacionais e comunicacional.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Biblioteca. Biblioteca Universitária, deficiência visual.

ABSTRACT

The research seeks to know the existence of accessibility and inclusion in the System of Libraries of Federal University of Goiás, Goiânia campus, for visual deficiency. It is proposed to analyze the reality of blind or low-vision students the reach of the specialized information they need for the higher academic life, and also to observe the physical access available in university spaces within the scope of the Library System (SIBI). The methodological approach used for the research is qualitative and the objectives are classified as descriptive-exploratory. It is configured in field research, whose data collection instruments used were semi-structured interviews applied to SIBI, to the librarians responsible for the three units located in the Goiânia campus and questionnaire applied to some total blind and low-vision students regularly enrolled in the University; and observation. The data show that the university's accessibility center is very active with the library system regarding the management and guidelines for inclusive actions. The Information Accessibility Laboratory (LAI) is the place that provides the necessary resources to students with visual deficiency. It identifies the presence of these students with significant amount in the university space. It punctuates the problems of building structure; however, it dedicates and emphasizes informational and communicational issues.

Keywords: inclusion. Accessibility. Library. University Library. Visual Deficiency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Infraestrutura na UFG, campus Samambaia.....	41
Figura 2	Infraestrutura na UFG, campus Colemar Natal e Silva.....	42
Figura 3	Piso inadequado à pessoa com deficiência visual.....	42
Figura 4	Banheiros com identificação em Braille.....	43
Figura 5	Iluminação inadequada em placas coloridas.....	44
Figura 6	Banheiros sem identificação em Braille.....	44
Figura 7	Ambiente interno do LAI.....	46
Figura 8	Espaço para estudo no LAI.....	46
Figura 9	Digitalização e conversão de material (Máquina fusora.)	46
Figura 10	Scanner digitalizador de imagens e texto.....	47
Figura 11	Computadores adaptados com softwares, leitores ampliadores de tela.....	47
Figura 12	Máquina Fusora (faz relevo em desenhos)	47
Figura 13	Mesa Tátil, lê e identifica figura.....	48
Figura 14	Alunos com Deficiência Visual na UFG.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Objetivos e instrumentos de pesquisa.....	35
Quadro 2	Caracterização dos alunos com deficiência visual na UFG.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABNT/CB	Comitês Brasileiro d Normas Técnicas
ABNT/CEE	Comissões de Estudos Especiais da Associação de Normas Técnicas
Brasileiras	
AMN	Associação Mercosul de Normalização
BC	Biblioteca Central
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CEGEF	Centro de Gestão do Espaço Físico
COPANT	Associação Panamericana de Normas Técnicas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIC	Faculdade de Informação e Comunicação
IBC	Instituto Benjamin Constant
IEC	International Electrotechnical Commission
IES	Instituição de Ensino Superior
LAI	Laboratório de Acessibilidade Informacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PROGRAD	Pró- Reitoria da Graduação
SIBI	Sistema de Bibliotecas
SINAce	Núcleo de Acessibilidade
SOB	Sociedade de Oftalmologia do Brasil
TA	Tecnologia Assistiva
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	16
2.1	OBJETIVOS GERAL.....	16
2.1.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3	REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1	DEFICIÊNCIA VISUAL	17
3.2	INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	20
3.3	BIBLIOTECA: HISTÓRICO.....	24
3.3.1	Biblioteca Universitária Inclusiva	27
3.3.2	Tecnologia Assistiva	29
3.3.4	Associação de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050/2015/NBR16537	31
3.3.5	<i>Desing Universal</i>	33
4	METODOLOGIA	33
4.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	34
4.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	34
4.3	INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	34
4.3.1	Dificuldade na coleta	36
5	DADOS COLETAS E ANÁLISE	37
5.1	GESTÃO DE DIRETRIZES E ACESSIBILIDADE	37
5.1.1	Núcleo de acessibilidade SINace	37
5.1.2	LAI – Laboratório informacional de acessibilidade	39
5.1.3	Participação do SIBI no processo de gestão e acessibilidade	39
5.14	Estrutura predial e instalações das bibliotecas do campus Goiânia: acesso, sinalização e iluminação	41
5.2	ACERVO	45
5.2.1	Ações de inclusão informacional nas bibliotecas	48
5.2.2	Aspectos que dificultam e fortalecem ações de inclusão	48
5.3	ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFG	49
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS.....	60
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DAS UNIDADES.....	62
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AO SIBI.....	63

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o tema inclusão, inclusão educacional e acessibilidade tem sido frequente nas mídias, nas relações humanas e representa um desafio contemporâneo. No entanto ao contemplarmos a realidade do nosso cotidiano observamos que o assunto restringe-se somente ao discurso e poucas são as práticas efetivas em prol de grupos minoritários, como é o caso de estudantes com deficiência visual, que é o alvo desta pesquisa.

Podemos encontrar diversas definições e conceitos de inclusão como também os mais variados posicionamentos sobre o assunto. Segundo o dicionário Aurélio, inclusão é “o ato ou efeito de incluir”. No dicionário informal, inclusão é “fazer parte de”, ambos causam a ideia de pertencimento ou de estar inserido em algum lugar (FERREIRA, 2010).

Rodrigues (2006) distingue a inclusão em duas dimensões: a inclusão essencial e inclusão eletiva. A inclusão essencial é aquela que está diretamente ligada aos recursos humanos e justiça social, que garante direitos como a educação, saúde, trabalho, lazer e etc. O autor acredita que essa dimensão, na tentativa de incluir, acaba excluindo, criando “nichos e guetos”. Já a eletiva assegura ao cidadão pertencer a qualquer grupo que tenha interesse. Rodrigues (2006, p.11-12) entende que ambas são complementares, tendo a inclusão essencial como base para a eletiva. Ou seja, condições acessíveis a todas as pessoas sem separar um grupo de outro ou pessoa de pessoa.

Essa ideia de estar incluso ou de poder fazer parte de qualquer lugar onde se queira estar é bastante humanizada e significativa, mas na prática ainda não ocorre de maneira tão natural. Muitos indivíduos não se sentem incluídos em todos os segmentos da sociedade. Sociedade essa em que a palavra de ordem é a globalização pelos avanços tecnológicos.

Pena [2011/2017?] afirma que essa Era que amplia o acesso as tecnologias de informação e comunicação, é a mesma que se “manifesta de maneira desigual nas diferentes regiões do planeta”. Nesse contexto, onde a sociedade é em rede e as distâncias encurtadas pelos meios de comunicação, é tendencialmente natural que se tenha a falsa impressão de que a informação alcança a todos e preenche suas necessidades informacionais, principalmente quando são referenciadas as classes minoritárias de pessoas que dependem de atitude e decisão de outros para

acessar estas informações necessárias para a construção do seu conhecimento, como é o caso dos cegos.

Embora a rapidez e eficiência dos recursos tecnológicos e informacionais sejam sólidas, é possível que exista alguma lacuna a respeito da acessibilidade e da inclusão para essas classes menores, principalmente no tocante à busca pela informação no cotidiano da vida acadêmica. Se acompanhar a velocidade tecnológica é desafiador para muitos, imagine para pessoas que possuem algum tipo de limitação, seja ela qual for sua natureza.

É nesse contexto de grande fluxo informacional, e de uma sociedade que ainda busca conhecer seus direitos de igualdade que esta pesquisa se propõe a levantar dados para responder a seguinte problemática:

Existe inclusão e acessibilidade nas bibliotecas da Universidade Federal de Goiás, campus Goiânia? Como funciona a gestão e as diretrizes para acessibilidade nesses espaços? Qual papel do Sistema de Bibliotecas (SiBi) nesse processo?

Portanto, o objetivo desta pesquisa é Investigar se há inclusão e acessibilidade nas bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Goiânia para deficiência visual. Propõe-se conhecer de forma próxima a realidade de alunos cegos ou de baixa visão quanto ao alcance às informações especializadas as quais necessitam para a vida acadêmica superior, mas também observar o acesso físico disponível nos espaços das bibliotecas universitárias no que compete ao sistema SIBI.

O estudo justifica-se por entender que a educação e a informação é direito de todo cidadão, mediante a lei de nº9.394, de 1996, que oportuniza diretrizes e bases da educação nacional, e ainda a lei mais recente nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “assegura e promove condições de igualdades, o exercício dos direitos e de liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (Brasil,1996) e (Brasil, 2015). Além disso, por entender que as bibliotecas são ponto de apoio para a busca da informação necessária para produção de conhecimento e desenvolvimento intelectual e profissional do aluno.

Espera-se que este estudo contribua para discussão sobre acessibilidade na Biblioteconomia, já que são poucos os autores que se dedicam a essa temática.

A metodologia utilizada para a pesquisa quanto a abordagem é qualitativa e quanto aos objetivos, classifica como descritiva- exploratória, pois tratará de

descrever a realidade dos fatos, ou seja, a situação atual encontrada nas bibliotecas da UFG quanto acessibilidade. Configura-se uma pesquisa de campo, cujos instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas, aplicada a coordenadora do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás e as bibliotecárias responsáveis pelas três unidades localizadas no campus Goiânia; questionário aplicado a alguns alunos cegos total e de baixa visão regularmente matriculados na Universidade; e observação.

As três unidades participantes dessa pesquisa foram a Biblioteca Central (BC) no campus II, a Biblioteca no campus I localizada na praça universitária, e a Biblioteca de Letras e Linguística situada também no campus II.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Investigar se há inclusão e acessibilidade nas bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (UFG) de Goiânia para alunos com deficiência visual.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a presença de alunos com deficiência visual na Universidade federal de Goiás nos diversos cursos existentes;
- Identificar a gestão e as diretrizes de acessibilidade do SIBI;
- Identificar os recursos especializados para usuários com deficiência visual;
- Identificar ações de inclusão para estrutura predial e instalações (acesso, sinalização, iluminação) e informacional para alunos com deficiência nas bibliotecas;
- Compreender os aspectos que fortalecem ou dificultam ações de inclusão;
- Verificar se as necessidades informacionais e comunicacionais dos alunos são atendidas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para a compreensão do tema desta pesquisa fez-se necessário buscar autores que tratam do assunto, revisando a literatura disponível fundamentação das ideias aqui abordadas.

Também nos apoiaremos nas leis e normas vigentes no país e naquelas que são de ordem internacionais mas acatadas como padrão de conduta para o nosso país, como as “normas de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência” (resolução 48/96) de 1993 e a Declaração de Salamanca de 1994, ambas promovidas em assembleia e conferência mundial pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os termos conceituais a serem utilizados na pesquisa serão: deficiência visual, inclusão; acessibilidade, educação inclusiva; biblioteca universitária, acessibilidade física e informacional na Biblioteca Universitária, Tecnologia Assistiva; Associação de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050/2015/NBR16537; e Desing Universal.

3.1 DEFICIÊNCIA VISUAL

Os autores do livro “Baixa Visão e Cegueira: Os caminhos para educação e a Inclusão” (Sampaio [et. al] 2010), trazem diversos especialistas (mestres, doutores) para tratar sobre o tema da deficiência visual, além de mostrar alguns caminhos para reabilitação, educação e inclusão da pessoa com deficiência visual. No segundo capítulo dessa obra Sampaio e Haddad (2010) trazem algumas definições do termo deficiência visual, além de caracterizarem a perda visual. Os autores afirmam que as abordagens feitas ao termo deficiência visual estão diretamente implicadas as proposições empregadas nas suas classificações e definições. Isso comumente pode gerar dificuldades nas comunicações dos profissionais, usuários e interesses afins. Acreditam que uma linguagem única global pode contribuir nos estudos, pesquisas e para comparação de dados em diferentes países.

Ao longo dos anos, e após a década de 80, algumas mudanças ocorreram e hoje existem definições e termos que são comumente empregados por principais órgãos internacionais responsáveis na área da oftalmologia. Um nome mencionado reconhecido e responsável, que contribuiu nas definições desses termos, é do

doutor August Colenbrander (Sampaio, 2010). As terminologias atualmente de forma internacional são: cegueira, baixa visão, deficiência visual, visão funcional e perda visual. Todas essas definições e suas peculiaridades, são certamente conhecidas pelos profissionais da área da oftalmologia (HADDAD E SAMPAIO, 2010).

Na legislação brasileira os termos a serem usados foram regulamentados pelo Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, art.70, art. 40 inciso III e o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta as leis 10.048 de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e 10.098, que estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Os termos regulamentados são:

Cegueira: na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a menor correção óptica.

Baixa visão: que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, a melhor correção óptica. Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for menor ou igual 60° ou qualquer as condições anteriores (BRASIL, 1999).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de acordo com o censo 2010 o Brasil tem cerca de 6,5 milhões de pessoas que afirma ter alguma deficiência visual sendo 528.624 são cegas total. A cada 5 segundos uma pessoa fica cega e uma criança a cada minuto.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que as principais causas da cegueira ou perda visual em menor grau está relacionada ao glaucoma, retinopatia diabética, retinose pigmentar, atrofia do nervo ótico e degeneração macular relacionada idade (DMRI).

Costa Filho (2010), traz um histórico da pessoa com deficiência visual bastante cruel e hostil. Segundo o autor, entre os povos primitivos havia a chamada prática da “exposição”, onde pessoas com alguma deficiência eram tidas como verdadeiros monstros e abandonados pela família e muitas vezes mortas. Acredita que esse era com certeza também o destino dos que eram cegos. Ainda argumenta que para os Hebreus embora não expusessem os filhos por acharem que eram dádivas de Deus, no seu livro de tradições (Talmude), criam que as mesmas

palavras (bênçãos) que se pronunciavam aos parentes mortos deveriam ser pronunciadas as pessoas surdas, cegas, coxas etc. Na Grécia também se tinha as práticas da exposição às pessoas consideradas “fracas”. Todas eram colocadas em potes de barro e abandonadas às margens dos caminhos, e em Esparta chegavam a serem jogados do Monte Taigeto ou eram abandonados na mata. Ideias extremas como honrar os deficientes, como videntes e profetas ou dizer que suas deficiências davam passaporte para o céu, também fizeram parte desse histórico. Não existia nenhuma iniciativa de proteção ao deficiente antes da idade média (COSTA, 2010).

Os primeiros indícios de proteção ao deficiente surgiram no final da idade média para o início da idade moderna com iniciativa da igreja que gradualmente foi passando as autoridades civis e estabelecendo as primeiras instituições assistenciais. Uma mencionada pelo autor é o asilo de cegos na França em 1254 por Luiz XII que visava proteger 300 cegos prisioneiros de quem os sarracenos haviam arrancados os olhos. Esse asilo se popularizou como o hospital Quinze-Vingts (COSTA, 2010, p. 3).

Na continuidade desse processo, Costa (2010) apresenta à ascensão da atenção as pessoas portadoras de deficiência por diversos caminhos. Na filosofia humanista, numa perspectiva patológica, já se pensava em tentativa de educar alguém que possuísse alguma deficiência. Já faziam teste de leitura por meio de tato. Mas é na idade contemporânea que, através dos movimentos de revoluções por igualdade, liberdade e fraternidade, começam a provocar mudanças sócio-políticas-culturais na sociedade e a pensar em classes menores e em seus direitos como cidadãos.

A primeira escola de pessoas cegas foi fundada em 1784 em Paris, por Valentin Haüy, denominado de “Instituto Real dos Jovens Cegos”. Foi também neste instituto que estudou Louis Braille criador do sistema de relevo, hoje conhecida como escrita em braile. No Brasil a primeira escola para cegos na América do Sul foi criada no Rio de Janeiro em 1854 pelo imperador D Pedro II com o nome de Imperial Instituto dos meninos Cegos. Em 1982 passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC) (COSTA, 2010).

O mesmo autor traz diversos acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento no processo da atenção as pessoas com deficiência visual, como o instituto Padre Chico, Fundação para o livro no Brasil, entre outros movimentos. Em 1980 e 1990 nas Universidades Brasileiras foram criados cursos de capacitação de

“Integração” na educação, para as pessoas com deficiência. Costa (2010, p.4) afirma que é nessa época que temos os primeiros centros de atendimentos com núcleos de estudos, e que é nesse período que surgem as associações de pais de pessoas com deficiência, que somada a força de amigos, lutam pelo direito de cidadania, e também para melhorar a vida e a educação de pessoas com deficiências.

Hoje no Brasil, apesar de apoiados por leis e normas nacionais e internacionais, e de muitas conquistas, ainda, é possível afirmar que existe um percurso longo para pessoas que tem deficiência visual.

3.2 INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com o dicionário informal o termo inclusão, vem do verbo latim “includere”. No sentido etimológico traz o significado de compreender, fazer parte de; ou participar de. O termo é usado em vários campos do conhecimento, como na matemática, geografia, etc., mas nos dias de hoje tem sido comumente usados no contexto social, principalmente no âmbito educacional.

Segundo Pupo (2008, p. 63) “ações e movimentos em prol da multiplicidade humana numa perspectiva inclusiva aceleraram a partir da década de 1990”.

A ideia de pertencimento indicado no termo inclusão reforça o discurso em favor dos direitos humanos, quanto a igualdade de cada indivíduo, que mediante as leis e normas dentro do sistema constitucional busca garantir a interação de cada cidadão nas mais variadas esferas humanas, a despeito de suas diferenças e limitações que possam existir.

É comum quando ouvimos falar de inclusão, relacioná-la sempre a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, ou já ligarmos de imediato ao universo educacional. O fato de associarmos à educação faz sentido, na opinião de Pupo (2008, p. 64), ao dizer que “inclusão, é um movimento que se iniciou em torno da busca por uma educação de qualidade para todos”. Esse movimento se opunha a outro movimento de “integração” que defendia a educação de alunos com deficiência, mas de forma segregada. O objetivo da educação inclusiva segundo a autora deve ocorrer desde a educação infantil até a educação superior tornando a pessoa com deficiência emancipada e independente.

Nos dias atuais, o termo está sempre ligado a acessibilidade, sendo quase impossível falar de um, sem falar do outro, pois um lugar ou sistema inclusivo é também de fato acessível.

Como já visto anteriormente, Rodrigues (2006, p.11 e 12) concebe a inclusão em duas dimensões: a inclusão essencial e inclusão eletiva. Para o autor a inclusão essencial é aquela que está relacionada aos direitos humanos e justiça social, que garante direitos como saúde, trabalho, educação, lazer, etc. No entanto o autor acredita que a mesma ao tentar incluir acaba por excluir, criando grupos específicos. A eletiva já assegura que o cidadão pertença a qualquer grupo que lhe interesse. O autor acredita que ambas as dimensões são complementares sendo que a dimensão essencial é básica para a eletiva. Podemos então pensar na inclusão como um todo e não em grupos separados.

A ideia de inclusão e acessibilidade intrínseca é concebida pela Universidade Federal do Ceará através de sua secretaria de acessibilidade que diz:

Os conceitos de acessibilidade e inclusão social, estão intrinsecamente vinculados. No senso comum, acessibilidade parece evidenciar aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Entretanto numa acepção mais ampla, a acessibilidade é condição de possibilidades para transposição das entaves que representam as barreiras para efetiva participação de pessoas nos vários ambientes da vida social. Acessibilidade é portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, fisicacional, linguística e pedagógica dentre outras. É ainda uma questão de direito e de atitudes perante: como direito tem sido conquistada gradualmente ao longo da história da sociedade; como atitude, no entanto depende de necessária e gradual mudança de atitudes perante as pessoas com deficiência. Portanto a promoção de acessibilidade requer a identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras que impedem os seres humanos de realizarem atividades e exercerem funções na sociedade em que vivem em condições similares aos demais indivíduos (Secretaria de Acessibilidade, UFC Inlui, 2010).

Baptista (2008) diz que é necessário conviver com as diferenças. Quando compreendemos que as diferenças nos seres humanos são as características que os tornam fascinantes e que todos possuem suas estranhezas e dificuldades, já estamos prestes a resolver o mistério da convivência. Enfatiza ainda que a inclusão e acessibilidade estão mais ligadas a um ideal de comportamento:

Dito isso, queremos ressaltar que não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis (espaços físicos, disponibilizar conhecimentos, etc.). As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as “barreiras de

atitude”. É preciso que nos tomemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja fazer uma revisão de nossas atitudes e muda-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas tem direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja (BAPTISTA,2008, p.25).

A concepção de Baptista (2008) é verdadeira, mas muitas atitudes humanas não são ainda tão espontâneas como deveriam ser, e necessitam de parâmetros e leis que regulamentam certas práticas de comportamento e que possibilite condições de inclusão de fato.

Como já mencionado, o universo do qual o termo inclusão está inserido, tomou grandes proporções, e seu discurso já permeia em vários setores da sociedade e por vários lugares do mundo. Os esforços em favor da inclusão acontecem em vários países, como: Estados Unidos, Europa, no Brasil.

Mazzotta (2011) afirma que movimentos para atender pessoas com deficiência começam primeiramente na Europa, percorrendo os países desenvolvidos vindo para o Brasil provavelmente nas décadas de 50 e 90. Até o século XVIII, a deficiência física estava baseada em misticismo e ocultismo sem nenhuma base científica. A falta de conhecimento dificultava a aceitação das pessoas com deficiência. O mesmo autor ressalta dois períodos evolutivos na educação especial que nota-se pequenos avanços em prol de quem possuía alguma deficiência no Brasil: de 1954 a 1956 iniciativas oficiais, e particulares em 1957 a 1993 de âmbito nacional.

As primeiras iniciativas que se tem registros remetem ao Brasil Imperial, fundado por Dom. Pedro no Rio de Janeiro em 1854 são: o Instituto dos meninos cegos pelo decreto nº 408 que mudou de nome ao longo da história denominado por Instituto Benjamim Constant (IBC), a revista para cegos em 1942, Instituto Padre Chico (1928), Fundação para o livro para cegos no Brasil, dentre outras como Santa Casa de Misericórdia, Lares apoiadores, campanhas para educação de surdos, entre outros.

No atual contexto da sociedade brasileira, no âmbito da constituição, temos um longo histórico de leis que foram estabelecidas para garantir igualdade social e acesso à educação. Os movimentos em prol da inclusão se intensificaram só na década de 90 no Brasil, como já visto em Pupo (2008), um pouco antes já temos a Constituição Federal de 1988 que estabelece: “Promover o bem a todos sem

preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação” (artigo 3, inciso IV). No artigo 205, a educação como um direito de todos. No artigo 206 inciso I estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede de ensino.

Em 1989 a lei de nº 7853/89 já considerava crime qualquer recusa de matrícula de pessoas com alguma deficiência. Então em 1990 a Declaração Interamericana Mundial de Educação, em prol da educação para todos, e 1994 a Declaração de Salamanca realizada na Espanha, que visava a busca de educação de qualidades para todos, motivando e promovendo discussões e reforma no Brasil.

No ano de 1996 é estabelecida a lei de nº 9394.96. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 1999 com o Decreto 3298, regulamenta a lei 7853/89 e define a educação especial. E também nesse ano a Convenção Interamericana de Guatemala de 1999 que teve participação do Brasil, e teve aprovação na constituição brasileira através do Decreto 3956/2001.

Na assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) a resolução 45/91 estabeleceu até o ano de 2010 uma sociedade para todos (PUPO, 2008). Diversos decretos, leis e resoluções foram sancionadas e estabelecidas na década seguinte. Só no ano de 2015 é estabelecida a mais recente lei em favor de pessoas com deficiência, Lei 13.146/15 que destina a “assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência”, visando a sua inclusão social e cidadania.

Considera-se pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência. Lei 13.146/15).

Pupo (2008) apresenta uma crítica sobre a Legislação Brasileira em termos de inclusão. O autor apresenta que

A legislação brasileira é bem estruturada e avançada, mas na prática há várias dificuldades a serem transpostas. As barreiras de atitudes e acessibilidade de conscientização da sociedade, entre tantos obstáculos, acabam desembocando na questão orçamentária das instituições que se propõem a ser acessíveis e inclusivas. (Pupo, 2008, p. 65)

Como apresentado, a inclusão e acessibilidade, tende a caminhar sob o universo educacional, as limitações físicas e barreiras das pessoas de modo geral e também a averiguar leis e normas do país, para confirmação de direitos humanos adquiridos, visto que trata diretamente de minorias. Mas a inclusão pensada de modo mais amplo pode ser estendida a todas as pessoas, sem segregação, como visto em Rodrigues (2006). Se as pessoas forem educadas a conviver com diferenças, com certeza, teremos uma sociedade com espaço e atitudes mais acessíveis e inclusivas (BAPTISTA, 2008).

3.3 BIBLIOTECA: HISTÓRICO

Antes de apresentar a concepção de biblioteca, é interessante compreender que segundo Baranauskas (2008) a informação é o acesso a ela. Para a autora ao contrário dos bens tangíveis que sempre nos leva ao ato de possuir temporariamente ou não, a informação é algo que podemos disponibilizar a outros e ainda assim continuar a possuí-la.

O dicionário Aurélio, (2010) traz o seguinte significado, para biblioteca: “do grego [bibliothékē: lugar onde se guarda livros, estante, pelo latim biblioteca] S.F.L.1. Coleção pública ou congeries, organizado para estudos, leituras e consulta. 2. Edifício ou recinto onde se instala essa coleção. 3. Estante ou outro móvel onde se guardam, ordenam ou arquivam livros, fitas magnéticas, etc. 4. Informam coleção ordenada de modelos, rotinas, programas ou dados, para reutilização. 5. Inform. Conjunto organizado de informações afins, armazenado com objetivo de consulta ou acervo de documento eletrônico que permite acesso ao seu conteúdo a distância. Biblioteca circulante. Aquela cujos livros se destinam a empréstimos domiciliares.”

As bibliotecas nos dias atuais podem ser classificadas pelos seus tipos e serviços prestados a sociedade podendo ser públicas ou particulares, de conhecimento geral ou especializadas em alguma área. Podem estar no ambiente educacional de primeira fase e segunda fase, sendo denominada escolar ou ainda fazer parte de uma instituição de ensino superior (IES) a qual se dá o nome de biblioteca universitária por pertencer a uma instituição de ensino superior e por ter seu acervo voltado para os cursos existente na mesma.

Mediante a definição acima concebida de biblioteca, a ideia de organizar, guardar para reutilizar já permeia a vida humana a muito tempo. Segundo Milanese (2002, p. 9) “parte substancial da história é construída pelos estudos desses registros, dos desenhos nas cavernas ao livro virtual”. O autor caracteriza os objetivos dessas ações da seguinte forma: “para facilitar a ordenação e o acesso aos registros, os homens, as cidades e os países, durante séculos da história consideraram melhor juntá-los em único lugar, formando coleções e criando serviços a elas vinculados”.

De acordo com autor, os registros de muitas produções foram considerados como referências e, muitas delas verdadeiros elos que ligavam entre si, sendo repassadas por diversas gerações, e se por algum motivo isso era perdido, era necessário contar com a oralidade para tentar recuperar o que fosse possível, tendo sempre muitas perdas. O autor concebe a noção de biblioteca a partir do momento em que o homem compreende que a produção e organização do conhecimento acontecem ao mesmo tempo e andam juntas.

Os primeiros suportes que se tem registros para armazenar a produção intelectual na antiguidade, passam por diversos estágios, desde o reino mineral como as escritas em argila, reino vegetal, os papiros vindos de uma planta muito comum no Egito e no reino animal, o pergaminho desenvolvido possivelmente pelos pérgamos a partir de pele de animais curtidas. Acredita que o papiro foi um dos mais utilizados, pelos egípcios, gregos e romanos, coexistindo com o pergaminho e o com o próprio papel na sua ascensão e popularização (MILANESI, 1983).

A história da biblioteca sempre remete as primeiras descobertas e produções humanas e suas tentativas de registro para posteridade. Ou seja, permeia uma longa e interessante trajetória onde inclui desde os primeiros registros feitos na argila, a invenção da escrita, a tipografia, papiro, pergaminho, códice, papel, a invenção da imprensa.

Na idade antiga há relatos da existência de diversas bibliotecas. Uma das mencionadas como sendo possivelmente como a primeira da antiguidade é a de Nínive ou também conhecida como a biblioteca de Assurbanipal, fundada pelos Assírios, do tipo mineral, contendo cerca de 30 mil placas escrita em argila, com escrita cuneiforme (LOPES, 2013). Acredita-se que muitas outras foram encontradas, contendo testamentos, contas, e cartas de reis (MAROTO, 2009).

Uma das mais famosas e contemporânea é a Nínive, mas a que se destaca, no entanto é de Alexandria no Egito, com acervo muito significativo para o seu tempo, possuindo 700.000 rolos de papiro. Foi fundada por Ptolomeu Soter, provavelmente no século III a.C. Teve seu acervo dividido em dois bairros diferentes, Bruchium e Serópio. Se destaca também por ter em seu acervo, manuscritos únicos de obras antigas, por ter sido palco de grandes traduções como o livro sagrados dos hebreus, contribuindo com o desenvolvimento do judaísmo e do cristianismo, e ainda por ter sofrido três incêndios, sendo que o último destruiu completamente o acervo, o primeiro atribuído a César 47 a.c., o último aos muçumanos, ordenado por Omar, por motivos religiosos, mas questionáveis, pois acredita que quando os árabes tomaram Alexandria em 640, a biblioteca já havia desaparecido a tempo.

Diversas outras bibliotecas da antiguidade tiveram suas histórias registradas, a de Pérgamo que segundo Martins (2001) foi criada por Átala e seu filho Eumênio, essa por sua vez possuiu cerca de 200.00 volumes. Tantas outras, judaicas estabelecidas dentro de sinagogas, ou em grandes palácios geralmente de cunho religioso e de particulares, de pouco ou quase nenhum acesso a pessoas da sociedade da época.

Na Grécia a primeira a ser estabelecida do que se tem registro é uma biblioteca de caráter público, foi fundada na Grécia por Pisistrato 520^a 527 a.C. com seu acervo transportado para a Pérsia quando Grécia foi tomada por Xerxes e devolvida para os Atenenses anos mais tarde por Seleuco Nicator. (Martins, 2001). Embora haja relatos de bibliotecas gregas, em sua maioria na idade antiga, estas pertenciam a particulares, visto que a cultura grega valorizava mais a oralidade, teatros e as artes, o próprio Martins (2001) traz a indicação disso, afirmando que filósofos como Platão e Aristóteles não se interessavam pelas bibliotecas, nem por livros e que embora a Grécia fosse considerada “Pátria das letras e das artes não possuía bibliotecas”.

As bibliotecas de modo geral estavam relacionadas ao universo religioso geralmente nos mosteiros. Marotto (2009) observa as bibliotecas dessa época como verdadeiros “depósitos de Livros” onde a produção intelectual, científica e literária da época era detida pelos líderes religiosos (sacerdotes) dificultando o livre acesso a sociedade. Existiam inclusive as distinções dos que eram considerados letrados e iletrados clérigos ou profanos e laicos.

Da idade antiga para idade média Martins (2001) apresenta três “tipos” diferentes de bibliotecas: as monacais, as bibliotecas das Universidades e as bibliotecas particulares, que anos mais tarde se tornariam públicas. O que contribuiu para descaracterização de cunho religioso das publicações e conseqüentemente das bibliotecas foi a vinda das universidades, que conforme o autor, foi um grande acontecimento medieval que mudou o destino de toda civilização e conseqüentemente dos livros. A primeira biblioteca laicizar segundo foi a da Universidade de Oxford “Bodleiana”, fundada por Richard de Bury, um bispo de Duram e chanceler da Inglaterra.

Milanesi (1983) afirma que foi com o surgimento das universidades que houve o aumento das produções de manuscritos e que a partir daí, mesmo que essas obras estivessem acorrentadas em alguns lugares podiam ser consultadas. Com a popularização do papel no ocidente no século XIV e invenção da imprensa no século XV, os livros deixam sua forma artesanal e passa a serem produzidos em série, causando grandes transformações na maneira de pensar do homem. As bibliotecas antes vistas como tesouro aguardado tornam-se serviço, perdendo seu valor material e ganhando valor doméstico. Mas as obras raras ainda sofriam resistência para ser acessadas e isso perdurou até o século XX.

As muitas Revoluções, como as Revoluções Russas e Francesas, e a própria revolução industrial contribuíram para que as novas produções literárias tomassem funções educativas e fossem estabelecidas políticas para bibliotecas. De acordo com Milanesi (1983) no século XX, a literatura antes acessível a poucos agora tem papel de educar. O conhecimento e a informação são valorizados e a biblioteca passa ter a função de informar para formar. Ou seja, as bibliotecas começam a contribuir para a situação intelectual do leitor. A respeito do papel da biblioteca o autor diz: “a biblioteca só atinge plenamente sua função quando, além de propiciar a leitura, garante o seu público o ato de dizer e escrever” (MILANESI, 1983, p.107).

3.3.1 Biblioteca Universitária Inclusiva

A biblioteca Universitária como parte de uma instituição superior de ensino (IES) possui grande responsabilidade tanto no âmbito institucional como dos usuários (alunos, professores e pesquisadores) que a procuram. Pode ser vista,

portanto, como mediadoras no processo de ensino e contribuidoras para o avanço intelectual.

Após seu surgimento com as universidades e com avanços tecnológicos de informação e comunicação no século XX, a sociedade sofre mudanças em todos os setores e nas bibliotecas universitárias essa realidade não é diferente. Morigi e Pavan (2004) dizem que estas são responsáveis pelo tratamento, armazenamento e disponibilização do acervo e precisam estar alinhadas aos objetivos das instituições mantenedoras. Contudo ainda são precárias no que tange a disponibilização de recursos informacionais inclusivos e suporte eletrônico.

Como visto, já existiam algumas preocupações com a chegada das novas tecnologias de informação e comunicação e principalmente nas questões sobre as possibilidades de transportar a informação para os mais variados suportes, facilitando seu acesso e manipulação.

É neste âmbito que as discussões sobre bibliotecas inclusivas devem ser inseridas. Acredita-se que estas devem representar e considerar a diversidade e na atualidade, possuir tecnologias em seus mais variados aspectos para auxiliar no processo de tornar o ambiente e a informação acessível a todas as pessoas. A tecnologia assistiva, por exemplo, pode ser uma grande aliada das bibliotecas que queiram se tornar cada dia mais acessíveis, pois como afirma Milanesi (1983) às bibliotecas precisam estar adequadas para a pesquisa.

Mazzoni et al (2001) falam da reflexão humana quanto organização social e a preocupação com as diferenças a partir do século XX. Como visto também em Milanesi (1983) movimentos em prol da inclusão tiveram seu início em território Europeu no final do século XIX e início do Século XX, e hoje estão em diversas partes do mundo. Discursos em prol de espaços e recursos mais inclusivos são cada vez mais necessários, pois como afirma Pupo (2008, p.19) “existe uma grande ‘discrepância’ entre a velocidade em que ocorre o avanço tecnológico e os ‘tímidos’ avanços sociais”. A autora fala da existência de uma lacuna que ela denomina de “imperdoável” e entende que pode ser preenchida por pessoas que acreditam na inclusão e no ato de não deixar ninguém de fora de lugares acessíveis.

Ora, a diversidade humana deve ser contemplada no mundo globalizado, que pressupõe a inclusão de todos. As TICs modificam os cenários das empresas públicas e privadas, alterando as rotinas de trabalho; os acervos digitalizados e a transmissão eletrônica de documentos passam a integrar as unidades de informação do século, transformando tanto o cotidiano de

ensino nas escolas quanto a organização e recuperação da informação nas bibliotecas. (Pupo, 2008.p.19)

Uma biblioteca que deseja ser acessível além de poder contar com a tecnologia também precisa seguir algumas normas que dão parâmetros e norteará as mudanças ou adaptações necessárias e apropriadas. Além das leis anteriormente vistas no tópico de acessibilidade inclusão e educação inclusiva e que assegura os direitos de pessoas com deficiência, temos as regras ou normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que estabelece e dita regras para a sociedade. No contexto de acessibilidade a norma que orienta as condições de tornar ambientes acessíveis é a 9050 que estabelece parâmetros de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A norma 9050/2015 traz a seguinte definição de acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT 9050, 2015, p. 2)

As bibliotecas que desejam tornar seus serviços e ambientes acessíveis precisam familiarizar-se com as normas que ditam as práticas inclusivas e estarem atentas às leis vigentes e atualizadas do país que visam à acessibilidade. Criando políticas de referências internas e se apossando das políticas públicas já existentes, no tocante aos recursos, possibilitado pelas tecnologias, atendendo cada vez mais e com eficiência um maior número de usuários.

3.3.2 Tecnologia Assistiva

O termo Tecnologia Assistiva na legislação Norte Americana foi criado em 1988. “AssistiveTechnology é conhecida como LAW 100-407, sendo renovada em 1998 com AssistiveTechnology ACT de 1998 (PL.105-394.5..2432)”. Nos Estados Unidos, essa lei somada a outras regula os direitos dos cidadãos americanos com deficiências, e contribuem para que eles garantam de forma legal, recursos públicos

para adquirirem os recursos e serviços que necessitam (SARTORETTO e BERSCH, 2017).

No Brasil temos a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 pelo Decreto 5296/2004 que “indica a necessidade de proporcionar condições equânimes a todo conjunto de pessoas com deficiência”. A mesma é regulamentada pelo Poder Executivo que determina em sequência a criação de um Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) tendo como uma de suas finalidades principais propor políticas aos órgãos competentes relacionadas com o desenvolvimento e uso de tecnologia assistiva (BRASIL, PORTAL SAÚDE, 2014).

Esse Comitê de Tecnologia Assistiva foi criado em 16 de novembro do ano de 2006 pela portaria nº 142 sendo denominado de Comitê de Ajudas Técnicas. Este encontra-se no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República com a finalidade de aperfeiçoar, dar transparência e legitimidade ao desenvolvimento da tecnologia assistiva no Brasil. Segundo O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) Tecnologia Assistiva é

[..] uma área do conhecimento interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, métodos lógicos, estratégias, práticas e serviços que objetiva promover a funcionalidade relacionada a atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, e independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL. TECNOLOGIA ASSISTIVA. Brasília, 2008, p. 9)

Segundo o CAT, o termo é usado sempre no singular, pois compreende uma área do conhecimento interdisciplinar. De acordo com Melo, Costa e Soares (2008) essas tecnologias ajudam na locomoção, no acesso a informação e na comunicação, no controle de ambiente e muitas outras atividades do dia a dia de pessoas com deficiência, podendo servir para os estudos ao lazer. Entende a mesma como recursos e serviços prestados para aumentar as capacidades funcionais promovendo autonomia e independência de quem as faz uso.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 9050/2015, os recursos de tecnologia assistiva estão na concepção de desenho universal, onde os produtos, ambientes e serviços são usados pelas pessoas sem sofrer nenhuma adaptação.

3.3.3 Associação de normas técnicas (ABNT): NBR 9050/2015 / NBR16537

A associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT) foi fundada em 1940, e é a instituição responsável pela normalização técnica do país. A ABNT é a representante nacional das entidades: International Organization for Standardization (ISO); International Electrotechnical Commission (IEC); Comissão Panamericana de Normas Técnicas (COPANT) Associação Mercosul de Normalização (AMN). Seu conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos organismos de normalização Setorial (ABNT / NOS) e das comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE). As normas ainda são elaborados por comissões de Estudo (CE), formadas pelas partes interessadas no tema objeto da normalização. ABNT NBR 9050 e NBR 16537 (2015/2016).

A Norma NBR9050 trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. No item 10.16 p.150, a norma fala da acessibilidade em bibliotecas e centros de leitura e no 10.16.1 remete a seção 9 da página 131 que no item 9.1 recomenda que todo mobiliário deve seguir os princípios do desenho universal.

A própria ABNT NBR9050 trazem a seguinte definição de desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluído os recursos de tecnologia assistiva”. A sessão 10. 16 (p.150) na sua continuidade dá exemplo de mobiliário como balcões de atendimento, mesas e estantes acessíveis e orienta quanto a circulação para as pessoas em cadeiras de rodas e demais pessoas no ambiente da biblioteca

Quanto a pessoas com deficiência visual, as normas são dadas de forma mais geral e não especificamente no espaço das bibliotecas. Embora os princípios do desenho universal abrangem programas como produtos e serviços e ambientes usados por todas as pessoas, as normas gerais também incluem as pessoas com deficiência visual no ambiente da biblioteca com possibilidades para circulação e uso de recursos especializados disponíveis.

A Norma da ABNT NBR 9050 e a Norma NBR16537 apresentam algumas diretrizes de Acessibilidade Sinalização Tátil para elaboração de projeto e instalação de sinalização. Essa norma com sua primeira edição em maio de 2016 veio para

facilitar a vida das pessoas comuns e principalmente das pessoas cegas ou com baixa visão.

Conforme NBR16537 (2016, p. 1, 2, 3, 4), seguem algumas definições pertinentes ao tema:

- 3.1 acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida
- 3.2 baixa visão: acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica ou somatório da medida do campo visual em ambos os olhos igual ou menor que 60° ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
- 3.3 bengala longa bengala-guia: recurso utilizado por pessoas com deficiência visual para locomoção, por meio de técnicas de rastreamento ou de varredura.
- 3.8 deficiência visual: termo que se refere à cegueira e baixa visão.
- 3.9 desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. Os tipos de sinalização podem ser visual, sonora e tátil.
- 3.14 linha-guia qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como referência de orientação direcional por todas as pessoas, especialmente pessoas com deficiência visual que utilizam bengala longa para rastreamento.
- 3.17 piso tátil piso caracterizado por relevo e luminância contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação perceptível por pessoas com deficiência visual, destinado a formar a sinalização tátil no piso.
- 3.23 sinalização tátil no piso, são demarcações no piso por meio de pisos táteis ou de relevos com contraste de luminância em relação ao piso

adjacente para auxiliar na orientação e mobilidade das pessoas com deficiência visual.

A Norma NBR 9050 apresenta alguns tipos de sinalização importantes também ao contexto da pesquisa, como:

5.2.6.1 Sinalização visual: É composta por mensagem de textos contrastes, símbolos e figuras.

5.2.6.2 Sinalização sonora: É composta por conjuntos de sons que permitem a compressão pela audição.

5.2.6.3 Sinalização Tátil: É composta por informações em relevo, como textos e símbolos e braile.

5.2.7 A sinalização deve estar disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeiras de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários de tal forma que possa ser compreendida por todos. (NBR 9050 2015, p. 31 e 32).

3.3.4 Desing Universal

Conforme citado acima no item 3.3.3 a Norma NBR9050/15 trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos recomendando que os itens sigam os princípios do desenho universal.

MELO (2008) entende que os princípios do Design Universal servem para nortear o desenvolvimento e a avaliação de lugares, serviços e produtos, tornando os mais adequados às diferenças. Conforme o autor, promover soluções de acessibilidade numa perspectiva de Design Universal pode potencializar a convivência e a participação da sociedade na igualdade de direitos e deveres (MELO, 2008, p.33).

4 METODOLOGIA

Metodologia é uma palavra derivada de “método” do latim “methodus” cujo significado é “caminho” ou via para realização de algo. Conforme Gil (2008), método é o caminho percorrido para se chegar a determinado fim e, método científico, um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento, conforme serão apresentados nos próximos itens.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa é de natureza básica e sua abordagem de caráter qualitativo, visto que sua intenção, não é levantar estatísticas, mas analisar atitudes e comportamento humano. Portanto a análise ocorre nos parâmetros indutivos e não numérico.

Quanto ao objetivo esta pesquisa classifica-se como descritiva – exploratória. Gil (2008) argumenta que muitas pesquisas possuem semelhanças nos métodos utilizados. Embora definidas como descritivas, pela proximidade com o problema classificam-se também como exploratórias. O autor ainda afirma que as pesquisas descritivas juntamente com as exploratórias são as comumente solicitadas pelas organizações, instituições educacionais, empresas, dentre outras.

4.2. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E PÚBLICO ALVO

A pesquisa está delimitada ao âmbito da Universidade Federal de Goiás na cidade de Goiânia nas dependências das bibliotecas universitárias. A saber: Biblioteca Central da UFG, com localização no campus II. Biblioteca do campus I situada na praça universitária II e a biblioteca da Faculdade de Letras e Linguística no campus II. O público alvo a que destina essa pesquisa, são os estudantes com deficiência visual matriculados na universidade no segundo semestre do ano de 2017 (agosto à dezembro), os bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas e a direção do Sistema de Bibliotecas (SiBi).

4.3. INSTRUMENTO DE PESQUISA

A fim de levantar dados para resolução da questão problema da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

Entrevistas semiestruturadas: Aplicadas a três gestoras das bibliotecas pesquisadas: Biblioteca Central Professor Alpheu da Veiga Jardim; Biblioteca do Campus Colemar Natal e Silva; Biblioteca da Faculdade de Letras e Linguística; Gestora do sistema de Bibliotecas e Gestora do Núcleo de acessibilidade. Categorias da entrevista: Gestão atual de acessibilidade do âmbito UFG; instalações físicas das bibliotecas; recursos especializados disponíveis para busca de

informação; projetos e ações em andamento para alunos com deficiência visual sendo: cegos total ou baixa visão.

Questionário: Enviado através do núcleo de acessibilidade por questões éticas para trinta e seis (36) alunos com deficiência visual da instituição tendo o retorno somente de três (3). Categorias do questionário: Necessidades informacionais e comunicacionais.

Observação: Realizou-se a observação nas dependências das bibliotecas. As temáticas observadas foram acesso, sinalização, Iluminação.

Segue quadro explicativo dos instrumentos de coleta conforme objetivos da pesquisa:

Quadro 1 – Objetivos e instrumentos de pesquisa

Objetivos específicos	Público	Instrumento
Identificar a presença de alunos com deficiência visual na Universidade federal de Goiás nos diversos cursos existentes;	E-SIC – núcleo de acessibilidade	Pedido de acesso a informações da UFG
Identificar a gestão e as diretrizes de acessibilidade do SIBI;	Gestora SiBi	Entrevista
Identificar os recursos especializados para usuários com deficiência visual;	Gestora SiBi e bibliotecários	Entrevista e observação
Identificar ações de inclusão para estrutura predial e instalações;	Gestora SiBi	Entrevista e observação
Compreender os aspectos que fortalecem ou dificultam ações de inclusão;	Gestora Sibi; bibliotecários e gestora do núcleo de acessibilidade	Entrevista e observação
Verificar se as necessidades informacionais e comunicacionais dos alunos são atendidas.	Alunos	Questionário

Fonte: A autora, 2017.

4.3.1 Dificuldades na coleta

Todas as entrevistas com gestores e bibliotecários foram realizadas em local reservado nas dependências das bibliotecas.

Tinha-se a estimativa de que seriam aplicados de 10 a 15 questionários aos alunos, mas devido a difícil localização dos mesmos e algumas restrições de segurança do núcleo de acessibilidade não foi possível. Os questionários foram enviados pelo núcleo de acessibilidade da universidade. Obteve-se somente a resposta de um aluno por e-mail e outros dois que foram abordados durante as observações da pesquisas e responderam o questionário mediante o auxílio da própria pesquisadora, resultando somente na participação de três pessoas.

5 DADOS COLETADOS E ANÁLISE

5.1 GESTÃO E DIRETRIZES PARA ACESSIBILIDADE

Segue a apresentação e análise dos dados coletados de acordo com objetivos específicos da pesquisa sobre a gestão e as diretrizes para acessibilidade das bibliotecas Campus Goiânia.

5.1.1 Núcleo de acessibilidade - SINAce

O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás teve início em 2008 objetivando a educação inclusiva para eliminar as barreiras e favorecer a entrada e permanência de alunos universitários. Dentre suas ações, estão os tópicos dos eixos da Política da acessibilidade da Universidade, sendo:

- Eixo 1 - Acessibilidade: Inclusão e permanência:
Programa de controle e aprimoramento dos procedimentos de processos seletivos da UFG e ENEM, e política de assistência estudantil específica para alunos com deficiência e /ou necessidades educacionais especiais.
- Eixo 2- A infraestrutura acessível:
Programa de construção, reforma, ampliação e/ou adaptação das instalações físicas e equipamentos da UFG, conforme os princípios do desenho universal.
- Eixo 3 - Acessibilidade Pedagógica e curricular:
Projetos e programas que visem à promoção da acessibilidade ao currículo e as ações didáticos pedagógicas, inclusive com atendimento educacional especializado e apoio acadêmico favorecendo a aprendizagem.
- Eixo 4 - A acessibilidade comunicacional e informacional:
Implementação do Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) nas regionais, para oferecimento de tecnologia assistiva e adequação de material

pedagógico e melhorar a acessibilidade aos sites da UFG. Garantir a acessibilidade comunicacional, por exemplo, interpretação em libras.

- Eixo 5 - A Catalogação das Informações sobre Acessibilidade:
Implementação de um sistema de informação centralizado com as informações da acessibilidade na UFG.
- Eixo 6 - O Ensino, a Pesquisa e a Inovação em Acessibilidade:
Programas de ensino e /ou pesquisa inovadoras que possibilitem a qualificação e sensibilização da comunidade universitária e unidades acadêmicas sobre acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência, e/ou a produção de conhecimentos, produtos, metodologias, processos e técnicas que contribuam para acessibilidade das pessoas com deficiência.
- Eixo 7- A extensão sobre/com acessibilidade:
Realização de atividades extensionistas e eventos acadêmicos, esportivos, culturais, artísticos e de lazer sobre acessibilidade e /ou de forma acessível às pessoas com deficiência e /ou necessidades especiais.
- Eixo 8 - Recursos Humanos e Financiamento da Política de acessibilidade:
Definição da política de recursos humanos e mecanismos de financiamento captação de implantação e implementação da política de acessibilidade da UFG.

Portanto é um órgão vinculado a PROGRAD, responsável por toda acessibilidade na Universidade e que interage com todas as unidades e demais órgãos que demandam inclusão.

Este órgão oferece três serviços aos alunos: **Apoio pedagógico**, que possui o objetivo de acompanhar os estudantes de cursos de graduação com alguma deficiência. É um trabalho feito em parceria com a coordenação de cursos, estudantes, docentes e quando necessário, a família. Devido a condições estruturais este serviço ainda é oferecido somente a graduação; **Intérpretes de Libras**, que é um trabalho realizado para atender as atividades previstas; e o **LAI** (Laboratório de Acessibilidade Informacional) que será apresentado abaixo.

Conforme gestora do Núcleo, uma das maiores dificuldades para promover acessibilidade na universidade é a contratação de pessoal para atendimento educacional especializado. Hoje, possuem uma equipe bem interessante, mas a maioria são terceirizados ou bolsistas, o que dificulta a continuidade do trabalho.

Também existe pouca interação ou procura do professor, ou coordenador de curso no núcleo para apoio pedagógico ao aluno. O núcleo é quem cobra o material acadêmico das disciplinas para que o aluno não seja prejudicado. Para tentar melhorar, existe um curso de formação docente *on line*.

5.1.2 LAI – Laboratório Informacional de Acessibilidade

Conforme identificado, as finalidades do LAI consistem em dar acessibilidade comunicacional e informacional aos alunos com deficiência visual em situações diversas, como pedagógicas e formativas assegurando-lhes igualdade e oportunidade.

Este laboratório de recursos de tecnologia assistiva é resultado de uma parceria entre o Sistema de Bibliotecas da UFG (SIBI) e o Núcleo de Acessibilidade da Universidade de Goiás com recursos vindos do Governo Federal. É a primeira unidade de acessibilidade da universidade e está localizada na biblioteca Central no Campus 2.

Os recursos oferecidos são: Ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais para alunos da UFG; Digitalização e conversão de material para alunos cegos; Computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela; Impressão em braile; Acesso à lupa digital portátil (para quem tem baixa visão); Scanner leitor de livros; Scanner digitalizador de imagens; Leitor de livros digitais; Folheador de páginas; Assinadores para auxílio no preenchimento de assinatura; Regletes; Linha braile; Máquina fusora (faz relevo em desenhos); Mesa tátil que lê e identifica figura como mapas, partes do corpo humano, partes de uma planta, entre outros.

5.1.3 Participação no SIBI no processo de gestão de acessibilidade

Gestão enquanto um ato de gerir, administrar, de planejar precisa ser efetiva para o bom funcionamento de qualquer organização. No que tange a acessibilidade nas universidades, é necessário a viabilização de ações que minimizem as barreiras atitudinais, físicas, pedagógicas e de comunicação e informação para o desenvolvimento acadêmico e social do aluno com alguma deficiência. É neste sentido que as bibliotecas enquanto apoio para a busca de informações necessárias a produção de conhecimento se apresentam. Portanto, visam promover o acesso a serviços e produtos em informação com excelência.

Consciente de seu importante papel de disseminador da informação, o Sistema de Bibliotecas da UFG se sensibiliza com a causa dos deficientes visuais e a fim de minimizar as problemáticas e atuar juntamente com o Núcleo de Acessibilidade possui uma comissão de bibliotecários formada pela unidade central e demais unidades. Segundo a direção, essa comissão promove ações de acessibilidades e é responsável pelas decisões quanto a inclusão nas bibliotecas.

Como resultado de diversas ações realizadas, está a criação do Laboratório Informacional de acessibilidade (LAI) em parceria com o Núcleo de Acessibilidade (SINAce) e PROGRAD como parte do sistema SiBi. A gestão do LAI embora esteja sujeita a administração do SIBI também está sob a responsabilidade do Núcleo de Acessibilidade e da Pro- Reitoria da Graduação. São estes que coordenam as ações de acessibilidade nas repartições da universidade de acordo com as demandas, como salas de aula, material didático, elevadores, auditórios e outros espaços.

O SIBI afirma fazer parte do conselho do núcleo de acessibilidade (SINAce). Segundo a gestora, todos os recursos de tecnologia assistiva para o Laboratório de acessibilidade Informacional (LAI) foram adquiridos a partir de uma parceria entre: SIBI, Núcleo de acessibilidade e a PROGRAD. Estes recursos foram destinados pelo Governo Federal, estão centralizados no LAI e somente são repassados as outras bibliotecas quando existe constatação de demanda e espaço físico adequado e seguro, no caso dos aparelhos de tecnologias assistivas de auto custo. Existem alguns planos para implantação do LAI em outras duas unidades, a de Catalão e a da cidade de Goiás.

Conforme observado na pesquisa, o SIBI não atua sozinho, mas em conformidade com o núcleo e as políticas de acessibilidade da universidade.

Por meio dos relatos, constatou-se que não há estudos realizados na biblioteca para identificar o usuário com deficiência visual, pois julgam ser função

designada ao núcleo de acessibilidade. Observa-se também que não há treinamento para os funcionários, para acompanhar o usuário durante a visita auxiliando - o no momento da busca, mas existe incentivo. Além disso, acredita-se que profissionais qualificados na área de informática para atuar no LAI são mais aptos a ensinar e habilitar o usuário.

5.1.4 Estrutura predial e instalações das bibliotecas do campus Goiânia: acesso, sinalização e iluminação

Esta pesquisa dedica-se a questões de acessibilidade informacional e comunicacional, mas compreende que são diversas as problemáticas no que tange a estrutura predial que dificultam o acesso a informação também importantes de serem consideradas.

O relatório de ações de acessibilidade da UFG apresenta algumas informações referente a implantação de infraestrutura no campus Samambaia e no campus Colemar Natal e Silva realizado no primeiro semestre de 2016 que demonstra a visão geral do que tem sido realizado pelo Núcleo de Acessibilidade conforme figuras abaixo:

Figura 1: Infraestrutura na UFG, Campus Samambaia

Campus Samambaia - 1º Semestre de 2016	
Infraestrutura	
Acessibilidade	Qtde
8. 1 - Quantidade de elevadores	23
8. 2 - Quantidade de salas de aula acessíveis	759
8. 3 - Quantidade de banheiros acessíveis	282
8. 4 - Quantidade de rampas de acessibilidade	83
8. 5 - Metros lineares de piso tátil instalados	4.184
8. 6 - Quantidade de impressoras Braille	1

Fonte: Relatório de ações de acessibilidade na UFG, 2016.

Figura 2: Infraestrutura na UFG, Campus Colemar Natal e Silva

Campus Colemar Natal e Silva - 1º Semestre de 2016	
Infraestrutura	
Acessibilidade	Qtde
8. 1 - Quantidade de elevadores	30
8. 2 - Quantidade de salas de aula acessíveis	299
8. 3 - Quantidade de banheiros acessíveis	136
8. 4 - Quantidade de rampas de acessibilidade	33
8. 5 - Metros lineares de piso tátil instalados	0
8. 6 - Quantidade de impressoras Braille	0

Fonte: Relatório de ações de acessibilidade na UFG, 2016.

Estas figuras nos chamam atenção as ações que tem sido realizadas na universidade no que tange à implementação da acessibilidade dos estudantes com deficiência, apesar da mudança de Governo e a extinção do Programa Incluir de incentivo e envio de verbas. Apesar das dificuldades, existe sensibilidade e esforço para alcançar as metas propostas na política de acessibilidade.

As bibliotecas, neste contexto, não estão distantes destes esforços e apesar de caminharem juntamente com o núcleo, apresentam algumas dificuldades quanto ao acesso, sinalização e iluminação.

Identificou-se que a biblioteca central (BC) possui maior estrutura para receber os alunos e auxiliá-los, mas está longe do local de parada de ônibus e não possui piso tátil que os direcione. Esta dificuldade foi observada em todas as bibliotecas.

Figura 3: Piso inadequado à pessoa com deficiência visual

Fonte: a autora, 2017

Quanto as dependências físicas internas, as unidades não possuem um padrão e por isso estruturalmente diferenciam-se umas das outras. Na biblioteca Central os banheiros são acessíveis e com marcadores em braile nos umbrais das portas, elevadores, balcões. Existe a presença de um computador acessível a cadeirante, mas este não é adaptado ao deficiente visual.

Figura 4: Banheiros com identificação em Braille



Fonte: a autora, 2017

Infelizmente a iluminação das bibliotecas são inadequadas conforme ABNT 9050/15. Esta precisa ser feita de modo que não confunda o usuário que tem baixa visão e que quando contrastado com placas muito coloridas também não o ofusque.

Figura 5: Iluminação inadequada em placas coloridas



Fonte: a autora, 2017

Na biblioteca do campus I, na praça universitária, embora o ambiente seja bem amplo, com balcões acessíveis tanto para deficientes visuais como para cadeirantes, com sinalização nos elevadores em braille na parte interna; nos umbrais das portas dos banheiros já não há marcadores dificultando aos possíveis usuários a identificação do mesmo. Também não existem computadores adaptados, exceto um único leitor de tela.

Figura 6: Banheiro sem identificação em Braille



Fonte: a autora, 2017

A biblioteca da Faculdade de Letras, por exemplo, embora renovada a pouco tempo, apresenta algumas barreiras na entrada possuindo duas portas de vidro, colocadas em rumos não linear. Sua localização não conta com sinalização adequada podendo causar acidentes.

Segundo a Gestora do SIBI, a sinalização nas bibliotecas precisa ser melhorada. A mesma relata que existe a possibilidade de contratação de uma arquiteta para as unidades - Biblioteca Central, cidade de Goiás e Catalão - mas não menciona as demais da cidade de Goiânia. Quanto a iluminação e demais barreiras na parte estrutural das bibliotecas, afirma ser, de responsabilidade do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF).

5.2 ACERVO

As tecnologias assistivas possuem o objetivo de facilitar atividades diárias e proporcionar autonomia e independência as pessoas que as usam, podendo auxiliar nos estudos, trabalho e lazer.

Conforme observado na pesquisa, as bibliotecas do Campus Goiânia não dispõem de acervo em braile ou em áudio em suas dependências, exceto uma única obra localizada na Biblioteca da faculdade de Letras. Este serviço é oferecido pelo Laboratório LAI que possui a estrutura correta para adaptação, softwares especializados e possibilidades de acervo em áudio. O usuário que necessita desta adaptação toma emprestado da biblioteca o material impresso e leva ao laboratório. A adaptação também é feita conforme demanda, e dependendo do material, existe um prazo para entrega.

Seguem algumas fotos do ambiente LAI e de alguns de seus recursos disponíveis.

Figura 7 – Ambiente interno do LAI



Fonte: a autora, 2017

Figura 8 – Espaço para estudo dentro do LAI



Fonte: a autora, 2017

Figura 9 - Digitalização e conversão de material para alunos cegos; (feitos em relevo com a máquina fusora, e o nome da figura em braille).



Fonte: a autora, 2017

Figura 10 - Scanner digitalizador de imagens e textos



Fonte: a autora, 2017

Figura 11- Computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela



Fonte da autora, 2017

Figura 12 - Máquina fusora (faz relevo em desenhos)



Fonte: a autora, 2017

Figura 13 - Mesa tátil, lê e identifica figuras.



Fonte: a autora, 2017

5.2.1 Ações de inclusão informacional nas bibliotecas

Conforme pesquisa, todas as bibliotecas possuem autonomia para realizar ações inclusivas. Estas ações inclusivas não se resumem em apenas eventos, mas quaisquer ações que possam incluir o usuário, desde as mudanças simples do espaço. Apesar de possuírem autonomia, as bibliotecas apresentam pouca ou nenhuma, ação específica, a não ser a Biblioteca Central que centraliza os eventos de promoção a inclusão. Quanto as ações informacionais, os relatos demonstram que os movimentos em prol da inclusão estão concentrados no laboratório LAI que busca atender as necessidades de acordo com a demanda de usuários.

É perceptível a preocupação das bibliotecárias quanto a acessibilidade nas unidades e a falta de entendimento para lidar com público. Possuem conhecimento do LAI, mas desconhecem a existência de alguma comissão que trata sobre inclusão e acessibilidade no SIBI e afirmam não conhecer estudos sobre possíveis usuários. Isso ocorre apenas por observação.

5.2.2 Aspectos que fortalecem ou dificultam ações de inclusão

São muitas as problemáticas enfrentadas pelo SIBI na promoção de acessibilidade e inclusão. Segundo relatos, o mais difícil tem sido encontrar pessoas sensíveis pela causa e que façam parte dos projetos desenvolvidos.

O LAI é o resultado dessas ações inclusivas a partir de uma comissão existente. A parceria com a PROGRAD é um ponto positivo que fortalece essas ações. O Núcleo se apresenta como grande centralizador, pois é através dele que é possível buscar recursos junto ao Governo Federal.

Não são todas as bibliotecas que demandam de acessibilidade como o caso da biblioteca no Campus I, universitário. Ainda assim, esta conta com algumas sinalizações em banheiros e elevadores, assim como nos balcões e reconhecem o LAI como grande suporte no caso de possíveis demandas.

Existem algumas complicações como quantidade de funcionários, que é o caso da biblioteca da faculdade de letras e linguística. Além disso, a bibliotecária responsável possui dificuldades no atendimento aos usuários cegos e com surdez, já que estes são frequentes na biblioteca.

Outro aspecto conflitante é a dificuldade em repassar os recursos da tecnologia assistiva para outras bibliotecas onde o ambiente não oferece condições para instalação e segurança e, por esta razão, em se tratar de equipamentos de auto custo, adota-se critérios básicos.

5.2.3 Alunos com deficiência visual na Universidade Federal de Goiás

De acordo com as informações do Núcleo de acessibilidade, segue quadro de alunos com deficiência na universidade.

Figura 14– alunos com deficiência na UFG

Auditiva	30
Surdez	44
Física	55
Intelectual	3
Sínd. Down	2
Visual	63
Cegueira	2
Asperger	5
Autismo	1
Múltiplas	3
Altas Habil.	11
Total	219

Fonte: Relatório de ações de acessibilidade na UFG, 2016.

Conforme relatório de ações de acessibilidade da UFG do ano de 2015/Janeiro somava-se total de 33 discentes. Em 2015/Julho, este número subiu para 36 deficientes visual e 2 cegos total. Segundo relatório mais atualizado apresentado no quadro de 2016/Outubro, soma-se o total de 63 deficientes visual e 2 alunos com cegueira total. Estes dados mostram que houve um aumento significativo da inserção de alunos no ensino superior. Estes alunos estão distribuídos nos seguintes cursos: Administração; Matemática; Geografia; Química; Engenharia de Minas; Administração Pública; Psicologia; Ciências da Computação; Artes visuais; Ciências Biológicas; Ciências sociais; Dança; Letras; Pedagogia; Artes Cênicas; Educação Física; Gestão da Informação; Medicina; Filosofia; História.

De acordo com as entrevistas aplicadas, segue quadro que representa a caracterização dos alunos com deficiência visual, participantes da pesquisa na UFG. Os respondentes foram nomeados como P1, P2 e P3.

Quadro 2: Caracterização dos alunos com deficiência visual na UFG

ENTREVISTADOS	CURSO	PERÍODO	GÊNERO	IDADE	GRAU DA DEFICIÊNCIA
P1	Letras Português	8º	Feminino	Entre 19 a 29	Total congênita
P2	Matemática	Mestrado (Disciplina como aluna especial)	Feminino	Entre 19 a 29	Total congênita
P3	Música	4º	Feminino	Entre 19 a 29	Baixa visão

Fonte: A autora, 2017.

Apesar da baixa quantidade de respostas obtidas, os dados apresentam informações curiosas sobre os alunos, como atuação na área de ciências exatas e humanas, predominância do sexo feminino e faixa etária. Não há um estudo sistemático afirmando em que idade esses alunos tem ingressado no curso superior, mas acredita-se que o acesso aos jovens tem aumentado.

As diferentes áreas de atuação apresentadas pode indicar que pessoas com deficiência visual escolhem seu curso também por vocação, independente da sua

limitação ou lutas que podem ser enfrentadas no percurso. Dados do IBGE¹ do censo 2000/2010 revelam que 45,6% milhões de brasileiros declaram ter um tipo de deficiência. 16,5% afirmam possuir algum grau de deficiência visual, sendo que desses 159.824 são incapazes de enxergar. Entre a população total com deficiência só 6,7% afirmam possuir ensino superior completo. Portanto, existe uma forte tendência de abandono do curso do meio para fim. Os entrevistados P1 e P2 apresentam-se avançados em seus cursos e mesmo com muitas dificuldades e desafios, não desistiram. Ainda, o IBGE constata que os cidadãos com deficiência visual tem se destacado na vida economicamente ativa, sendo 63,7% para homens e 43,9% para as mulheres ganhando de 1 a 2 salários mínimos.

Por meio do instrumento de pesquisa aplicado para os alunos participantes, pode-se observar necessidades comuns e específicas. Dos respondentes, duas frequentam a biblioteca Central da UFG (BC) e uma afirma que por não encontrar os recursos que precisa, desistiu, e não frequenta nenhuma biblioteca do sistema. Afirma buscar auxílio direto no núcleo de acessibilidade ou na internet e não menciona o LAI.

Todas as participantes concordam que as bibliotecas do sistema SIBI não são acessíveis, pois não oferecem material, espaço adaptado e nem recursos especializados satisfatórios para alunos cegos. Somente duas participantes buscam auxílio no Laboratório LAI e conhecem serviços oferecidos como: lupa (embora exista queixa da quantidade); linha braile conectado ao computador; máquina difusora, entre outros. Contudo, não vinculam estes equipamentos ao sistema de bibliotecas, o que representa uma problemática.

As alunas também pontuam a falta de recursos tecnológicos e humanos nas bibliotecas setoriais, como computadores adaptados e pessoas especializadas em atendê-las. A aluna "P1" afirma que "[...] encontro esses recursos no LAI, mas nas bibliotecas setoriais e central nunca encontro". Em outra afirmação, diz que "Não basta apenas equipamentos, precisamos de recursos humanos com pessoas bem adaptadas, encontrei isso no LAI, mas nas bibliotecas não temos".

¹ Última atualização encontrada conforme IBGE.

Esta afirmação causa uma estranheza a cerca do entendimento do papel de cada unidade e que existe uma falha comunicacional entre os locais responsáveis: LAI, Núcleo de Acessibilidade e SIBI.

Uma das maiores dificuldades apresentadas é o tempo de leitura extensa em braile, por esta razão existe a preferência pela utilização de material digitalizado, que pode ser lido pelo computador adaptado e requer menos tempo. Além disso, recebem notícias de eventos ou informações importantes só por e-mail, o que é um obstáculo para alunos com deficiência visual.

A falta de piso tátil prejudica a independência do aluno e seu percurso. Muitos alunos deixam de frequentar alguns espaços na universidade devido a dificuldade de deslocamento. Uma aluna deixa claro essa percepção ao dizer que “[...] uma amiga veio comigo, se estivesse ido sozinha não conseguiria. Pelo fato das dificuldades de locomoção e de não encontrar o que preciso não procuro mais a biblioteca” (P2).

Quanto a estrutura predial, as reclamações estão relacionadas ao acesso: escada na parte externa da biblioteca central que dá acesso ao LAI, e ao auditório da biblioteca, e a sua própria localização.

No geral a visão dos participantes da pesquisa é que os espaços das bibliotecas do sistema SIBI não são acessíveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa iniciou-se a partir do entendimento que a educação e o acesso a informação é um direito concedido na Legislação brasileira a todo cidadão. Principalmente a mais recente de nº 13.146/15 que se destina a assegurar e promover condições de igualdade de exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, bem com as normas da Associação de Normas Técnicas Brasileiras (ABNT) que normaliza e padroniza critérios de cumprimento das leis. Além disso, por compreender que a biblioteca universitária é um espaço apoiador na busca pela informação, no processo formativo do aluno e que precisa oportunizar condições básicas de acesso independente de suas limitações físicas.

A partir das argumentações apresentadas acima, e em conformidade com a problemática da pesquisa, procurou-se responder a existência de inclusão e acessibilidade nas bibliotecas do Campus Goiânia da Universidade Federal de

Goiás, a gestão e as diretrizes para acessibilidade nesses espaços, o papel do Sistema de Bibliotecas (SiBi) nesse processo, além disso, a percepção dos alunos quanto no atendimento as suas necessidades informacionais e comunicacionais.

Identificou-se a presença dos alunos com deficiência visual na Universidade em quantidade significativa, mesmo comparado a quantidade de alunos que não possuem nenhuma deficiência. Isso mostra que a inserção de alunos no ensino superior tem aumentado mesmo com as lacunas quanto acessibilidade.

Percebeu-se que o SiBi atua em parceria com o Núcleo de acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (SINAce) e que por meio de uma comissão organizadora composta por bibliotecários e um agente administrativo, traçam projetos para ações de acessibilidade. A este núcleo, cabe a maior responsabilidade de administração quanto a demanda, a busca de recursos, à acessibilidade na parte estrutural, informacional e outros, sobre toda acessibilidade e inclusão da universidade.

A parceria gerou a construção do Laboratório de Acessibilidade (LAI) que possui o objetivo de oferecer suporte aos alunos quanto as suas necessidades informacionais através de tecnologias suficientes que o tornam um local acessível para os alunos com deficiência visual ou baixa visão mediante a adaptação do acervo. Apesar de não ficar muito claro, o LAI é de responsabilidade do SIBI e estes não atuam sozinhos. O núcleo compra os equipamentos necessários, mas a biblioteca que possui a função de coordenar o trabalho de preparação de materiais e tecnologias assistivas.

No entanto, foi identificado no decorrer da pesquisa que esse laboratório recém-construído (em 2016) não é visto como um espaço pertencente a biblioteca central. O usuário ainda não o vincula ao SIBI e sim ao núcleo de acessibilidade.

A falta do conhecimento do laboratório e da vinculação do mesmo ao SIBI desqualifica as bibliotecas do campus Goiânia de serem reconhecidas como acessíveis no aspecto informacional. A gestora justifica que o mesmo não foi inaugurado por questões de adaptações físicas e falta de verba. Mas, fica claro que existe um problema comunicacional entre os órgãos e isso reflete nas unidades e principalmente no usuário.

Quanto a acessibilidade de estrutura predial no que diz respeito ao acesso, sinalização e iluminação, pode-se notar que as lacunas variam de uma biblioteca pra outra. São diversas as falhas no ambiente, como falta de sinalização, falta do piso

tátil, luminosidade correta para pessoas com baixa visão, falta de placas indicativas com códigos Braille suficientes, o que compromete o acesso do usuário. O próprio acesso ao laboratório de acessibilidade e do auditório da BC, tem sido um desafio, embora no decorrer da pesquisa notou-se uma reforma.

Muitas mudanças já tem sido realizadas e existe o reconhecimento das problemáticas identificadas, contudo, nestes aspectos identificados, a responsabilidade foge da gestão do SIBI sendo do CEGEF (Centro de Espaço Físico), o que dificulta ainda mais o processo.

Infelizmente a falta de comunicação e interação com o público é um fator problemático e que dificulta a acessibilidade de usuários. O SIBI desconhece o público com deficiência, e remete a responsabilidade de conhecer a demanda ao núcleo de acessibilidade. Algumas pesquisas anteriores deixam essas informações claras. Silva (2010, p. 46), ressalta essa falha dizendo que “[...] a BC não conhece seus usuários com necessidades especiais e não há estudos e estatísticas sobre o público”. Dois anos depois em outra pesquisa semelhante Mello (2012) registra que entre onze bibliotecários entrevistados em sua pesquisa em todo o sistema SIBI, somente um soube relatar a demanda de alunos especiais da biblioteca.

Apesar das grandes problemáticas identificadas, a parceria que o SIBI mantém com o núcleo de acessibilidade fortalece todas as iniciativas. Uma delas é o projeto de criação de mais duas outras unidades do LAI nas bibliotecas setoriais nos campus de Catalão e cidade de Goiás, mas as dificuldades financeiras são entrave nesse processo. O programa do Governo “INCLUIR” sob o decreto nº 5.296/2004/5626/2005 que visa a acessibilidade na educação superior de alunos com deficiências nas instituições federais foi extinto. Este possuía o objetivo de adequação em aspectos arquitetônico, mobiliário e aquisição de materiais didáticos, uso das tecnologias assistivas, e de recursos humanos dentro dos ambientes universitários. Isso evidencia que as instituições não possuem condições de andarem sozinhas e precisam de apoio do Governo para darem continuidade aos seus projetos.

Percebe-se que a universidade tem se mobilizado para discutir acessibilidade e inclusão como primordial. Existe em parceria com MediaLab e Núcleo de acessibilidade o projeto intitulado “informação Acessível” que busca alternativas de tornar acessível os sites e páginas da UFG, o que já resolveria a problemática do acesso as notícias e informativos importantes. Além disso, também existe um curso

de formação² docente on line para inclusão e acessibilidade no meio educacional. Trata-se de uma parceria de quatro instituições públicas de ensino de Goiás, sendo elas: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Instituto Federal de Goiás (IFG) e Instituto Federal Goiano (IF Goiano).

Muito já tem sido realizado, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido, e isso é evidenciado nos relatos dos alunos e nas observações durante a pesquisa. Acredita-se que as bibliotecas, como parte do SIBI, devem caminhar juntas para minimizarem as problemáticas de acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência visual. Ou seja, a biblioteca pode ser considerada acessível na medida em que desenvolva o papel de mediadora da acessibilidade, entre núcleo e usuários das bibliotecas. Para isso, é necessário quebrar as barreiras comunicacionais entre a gestão, as bibliotecas setoriais e usuários por meio do conhecimento real das demandas dos alunos em seu cotidiano.

Todos esses pontos apresentados que precisam ser melhorados podem servir para se pensar em mudanças, eliminar barreiras e abrir caminhos para ações mais inclusivas no sistema SIBI e conseqüentemente no ambiente universitário.

Conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado e sugere-se para novas pesquisas o estudo dos núcleos de acessibilidade das Universidades Federais do Brasil a partir do programa INCLUIR do MEC.

² Curso disponível em seinclui.ufg.br

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2ed. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.mp-31052004.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade – Sinalização Tátil no piso** – Diretrizes para elaboração do projeto e instalação de sinalização. Rio de Janeiro, 2016.

BAPTISTA, Maria Isabel S Dias. Convivendo com as Diferenças. IN. PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÈS, Sofia Péres. (Org.) **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, São Paulo; UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2008.

BRASIL, Subsecretaria Nacional De Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comitê De Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília, 2008

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 12 Abr.2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 3º. Inciso IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Unesco, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para todos**: planos para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jontiem/Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência. 7ª ed. Brasília: Câmara dos deputados**, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/acessibilidade/legislacao-pdf/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#). **Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Senado Federal. Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.** Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999, art. 40 e 70. Temos relativos a deficiência visual. Disponível em: www.sboportal.org.br/links.aspx?id=7 acesso em 12/04/2017.

COSTA FILHO, Helder Alves. SAMPAIO, Marcos Wilson [et al.] **Baixa visão e cegueira: os caminhos para reabilitação e a inclusão.** Rio de Janeiro: cultura Médica: Guanabara Koogan, 2010.

CARVALHO, Maria Carmem Romcyde, 1951. **Estabelecimento de padrões mínimos para bibliotecas universitárias.** Fortaleza Edições UFC: Brasília, 1981.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XV XIII.** Universidade de Brasília: Brasília, 1999.

FERREIA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** BAIRD, Marina; FERREIRA, Margarida dos Anjos. 5ª ed. Positivo: Curitiba, 2010.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ed São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Maria Aparecida Onuki. Aspectos globais da deficiência visual. In: SAMPAIO, Marcos Wilson [et al.] **Baixa visão e cegueira: os caminhos para reabilitação e a inclusão.** Rio de Janeiro: cultura Médica: Guanabara Koogan, 2010.

LOPES, Marcelo. (2013). Disponível em: <http://leiovejoopino.blogspot.com.br/2013/10/calimaco-e-biblioteca-de-alexandria.html> Acesso em 22 Abr.2017.

LUBISCO, Nídia M.L (org). **Biblioteca Universitária: elementos para o planejamento e avaliação.** Salvador: EDUFBA, 2011. Um curso de graduação [

MACHADO, Marly. **A biblioteca Universitária: manuscrito]** Florianópolis, 2009

MAROTTO, Lúcia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão! Do espaço do castigo ao centro de fazer educativa.** Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2009.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita.** Ática: São Paulo, 2001.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elizabeth; ANDRADE, José Marcos Bastos. **Admissão e permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior.** 2001.

MAZZONI, Alberto Angel (et al). **Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias**. *CI Inf*. Brasília. V. 32, n. 2 maio/ago. p. 29. 2001.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. Cortês: São Paulo, 2011.

MELO, Amanda Meincke. **Acessibilidade e Desing Universal**. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÈS, Sofia Péres. (Org.) **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas; São Paulo: UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2008.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Silvia C. de Matos. **Tecnologias Assistivas**. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke;

FERRÈS, Sofia Péres. (Org.) **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas; São Paulo: UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2008.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca. Brasiliense**: São Paulo, 1983.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Ateliê Editorial, São Paulo, 2002.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. **Tecnologias de Informação e Comunicação: Novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias**. v. 33, n. 1 C. Inf. Jan/Abril. Brasília, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Núcleo de acessibilidade da Universidade Federal de Goiás**. Campus Samambaia. Goiânia. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br.Acesso> em 19 de novembro de 2017

PENA, RODOLFO F. ALVES." **Era da Informação**". Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/eradainformação.ht,Acesso> em 15 de Agosto de 2017.

PUPO, Deise Tallarico. **Acessibilidade e Inclusão: o que isso tem a ver com os Bibliotecários?** IN: PUPO, Deise Tallarico; MELO; Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Péres. (Org). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, São Paulo: UNICAMP/ BIBLIOTECA Central Cesar Lattes, 2008.

RAMOS, Maria Etelvina Madalazzo. **Tecnologia e novas formas de gestão em bibliotecas universitárias**. UEPG: Paraná, 1999.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidades em bibliotecas universitárias: Uma análise do sistema de bibliotecas (SIB) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)**. Curitiba, 2014. Disponível em:

<acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35810vr%20-9620D%20-Eliane%20Maria%20stoparo.pdf?sequence=18>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SARTORETTO, Maria Lúcia; BERSCH, Rita. **Tecnologias assistivas e educação**. 2017. Disponível em: <www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em: 20 jun. 2017.

SAMPAIO, Marcos Wilson [et al.] **Baixa visão e cegueira: os caminhos para reabilitação e a inclusão**. Rio de Janeiro: cultura Médica: Guanabara Koogan, 2010.

Sistema de Bibliotecas/UFG-Laboratório de Acessibilidade. Disponível em: <https://www.bc.br/p13671-laboratório-de-acessibilidade-informacional>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

PETRY, André. **A Revolução do Pós- Papel**. Revista Veja ,1 19 de dez De 2012.pag.151 a 159.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Caro colega estudante, gostaria de poder contar com sua participação na minha pesquisa, de conclusão de curso, que objetiva conhecer ações de inclusão e acessibilidade dentro das bibliotecas da UFG de Goiânia, ao aluno com deficiência visual. Ao responder essas questões você estará contribuindo para que mais ações inclusivas aconteça, e tanto você como seus futuros colegas dessa instituição sejam beneficiados. Antecipadamente e certa de poder contar com sua ajuda, meu muito obrigado. Roselene Paula Resende Medeiros, estudante de Biblioteconomia da UFG.

1- Idade?

19 a 29 ()

30 e 40 ()

Mais de 40 ()

2- Gênero

Masculino () Feminino ()

3 - Qual o seu nível de deficiência visual?

Total () Parcial ()

4 - Deficiência congênita (ao nascer) ou adquirida?

5 - Qual o seu curso na UFG?

6 - Qual o seu Período?

7 - Você costuma usar as bibliotecas do sistema UGF (SIBI)?

Sim () Não ()

8 - Em caso afirmativo, a questão anterior qual a biblioteca que você mais frequenta?

Biblioteca Central. () Biblioteca Faculdade de Letras ()

Biblioteca Campus Colemar Natal e Silva. ()

9 - Você acha que as bibliotecas da UFG são acessíveis?

Sim () Não ()

10 - Em caso negativo o que você acha que precisa melhorar?

11 - Dentro da sua realidade enquanto aluno com deficiência visual, qual a é maior dificuldade na busca pela informação básica curricular?

12 - As suas necessidades informacionais são atendidas?

13 - O ambiente da biblioteca que você frequenta é propício as suas limitações?

14 - Você conhece os recursos e serviços, oferecidos pela biblioteca que você frequenta? Quais?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DAS UNIDADES

- 1) A biblioteca já fez ou faz algum estudo pra conhecer a demanda e as necessidades dos usuários com deficiência visual desta unidade?
- 2) Nesta unidade, é realizada alguma ação de inclusão? (Pensando no aluno com deficiência visual?) Quais?
- 3) A Unidade possui autonomia para desenvolver algo nesse sentido?
- 4) Quais as dificuldades no atendimento e interação com estes alunos?
- 5) Quais são os aspectos que dificultam as ações de inclusão? Os recursos? Existe pessoal disponível? (Remunerados ou mesmo voluntários, ou estagiários que contribuem?)
- 6) O que vocês realizam de bom na unidade, que consideram uma boa iniciativa? (Mesmo diante das dificuldades?)
- 7) A biblioteca possui softwares especializados, leitor de telas, acervo em áudio para facilitar a pesquisa dos alunos com deficiência visual, (cegos total ou parcial?)
- 8) Existem no acervo físico, bibliografia básicas referente ao (s) curso (s) oferecidos pela Universidade, adaptado em braile para alunos com deficiência visual?
- 8) A biblioteca participa de alguma comissão junto ao sistema SIBI pra tratar sobre ações inclusivas? (Inteirar sobre o PCC do curso, necessidades recorrentes, ou demanda.)
- 9) A biblioteca dá algum treinamento para seus funcionários para atender usuários com deficiência visual?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AO SIBI

- 1) Como funciona a gestão de acessibilidade do SIBI, existe alguma comissão para elaboração de projetos?
- 2) Como isso é repassado para as demais bibliotecas? Como são atendidas as solicitações das demandas?
- 3) O que é o núcleo de acessibilidade? A biblioteca dá algum treinamento para seus funcionários para atender usuários com deficiência? (Em especial, alunos com deficiência visual.)
- 4) O SIBI atua em parceria com as diretrizes com o núcleo responsável pela acessibilidade da UFG? (SINAce, instituído desde 2014).
- 5) Onde e como se busca recursos?
- 6) A biblioteca dispõe de ambiente interno acessível e livre circulação em todas dependências incluindo banheiros, salas de estudos, segundo piso, (no caso de segundo piso), possui elevadores?
- 7) Existem sinalizações em cor e em braile para usuários com deficiência visual total ou parcial, indicando local de balcão de atendimento, banheiros e outros seguimentos dentro da biblioteca (Painéis informativos)
- 8) A iluminação é adequada de acordo com a norma 9050 para bibliotecas, para evitar confusão daqueles que tenham baixa visão, e facilitando a identificação das coisas e lugares?
- 9) A biblioteca possui softwares especializados, leitor de telas, acervo em áudio para facilitar a pesquisa dos alunos com deficiência visual, (cegos total ou parcial)?
- 10) Existem no acervo físico, bibliografia básica de acordo com o PPC dos cursos oferecidos pela Universidade, adaptada em braile para alunos com deficiência visual?
- 11) O usuário com deficiência visual costuma ter qual atitude? Procura o serviço de referência ou tem autonomia para procurar o que deseja?
- 12) A biblioteca já realizou algum estudo para identificar os usuários com deficiência visual?